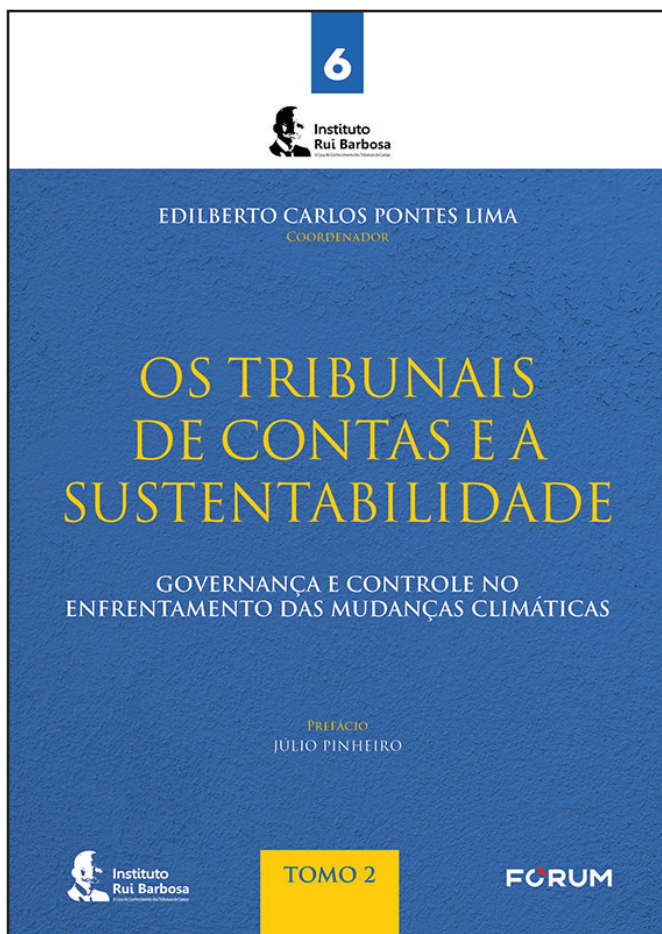




EDILBERTO CARLOS PONTES LIMA
Coordenador

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E A SUSTENTABILIDADE

GOVERNANÇA E CONTROLE NO
ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS

6

Tomo 2

Prefácio

Júlio Pinheiro

Área específica da obra
Direito Administrativo

Áreas afins do livro

Direito Público. Políticas Públicas.
Sustentabilidade. Mudanças Climáticas.
Governança. Controle Externo. Administração
Pública. Gestão Pública.

Palavras-chave

Políticas Públicas. Sustentabilidade. Mudanças
Climáticas. Governança. Controle Externo.
Administração Pública. Gestão Pública

CÓDIGO: 3943

A Coleção Fórum IRB tem por objetivo a aproximação da academia e dos grandes escritores da área da gestão pública e do direito aos tribunais de contas, além de lançar reflexões que levem os tribunais a um crescimento conjunto.

O primeiro título da Coleção Fórum IRB foi *Conflitos federativos: esperanças e frustrações em busca de novos caminhos para a solução*, do Professor Doutor Fernando Rezende. O segundo volume da Coleção teve como título *Governança fiscal e sustentabilidade financeira: os reflexos do Pacto Orçamental Europeu em Portugal como exemplos para o Brasil*, do Professor Marcus Abraham. O terceiro volume da coleção Fórum IRB foi escrito por membros dos tribunais de contas, com o título *Tribunal de Contas do século XXI*. O quarto volume da Coleção teve como título *Os Tribunais de Contas, a pandemia e o futuro do Controle*, resultante de experiências e reflexões acerca de assuntos inerentes à pandemia do coronavírus e ao futuro das instituições de controle. O quinto volume da Coleção abrangeu a temática *Os Tribunais de Contas e as políticas públicas*. E, neste sexto volume da Coleção, membros, servidores e pesquisadores abordaram o tema *Os Tribunais de Contas e a sustentabilidade: governança e controle no enfrentamento das mudanças climáticas*.

T822 Os Tribunais de Contas e a sustentabilidade: governança e controle no enfrentamento das mudanças climáticas / Edilberto Carlos Pontes Lima (coord.). Belo Horizonte: Fórum, 2025. (Coleção Fórum IRB, v. 6). t. 2.

443 p. 17x24cm

2 t.

(Coleção Fórum IRB, v. 6)

ISBN da Coleção 978-65-5518-600-0

ISBN impresso 978-65-5518-670-3

ISBN digital 978-65-5518-996-4

1. Políticas públicas. 2. Sustentabilidade. 3. Mudanças climáticas. 4. Governança. 5. Controle externo. 6. Administração Pública. 7. Gestão pública. I. Lima, Edilberto Carlos Pontes. II. Título. III. Série.

CDD: 350

CDU: 35

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LIMA, Edilberto Carlos Pontes (coord.). *Os Tribunais de Contas e a sustentabilidade: governança e controle no enfrentamento das mudanças climáticas*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 443 p. ISBN 978-65-5518-670-3. (Coleção Fórum IRB, v. 6). t. 2.

Edilberto Carlos Pontes Lima

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Doutor em Economia (Universidade de Brasília). Doutor em Ciências Jurídicas, *Honoris Causa* (Ambra University). Mestre em Economia (Universidade Federal do Ceará). Especialista em Políticas Públicas pela George Washington University (EUA). Corregedor do Tribunal de Contas do Estado do Ceará. Presidente do Instituto Rui Barbosa.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Júlio Pinheiro	15
----------------------	----

A EFETIVIDADE DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS SOB A ÓTICA DO CONTROLE EXTERNO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

HILLANA MARTINA LOPES MOUSINHO NEIVA DOURADO	17
1 Introdução	17
2 O marco regulatório da Política Nacional de Resíduos Sólidos	19
2.1 Contextualização e panorama atual	19
2.2 Desafios financeiros e orçamentários	20
2.3 Desafios técnicos e operacionais	20
2.4 Instrumentos de gestão e controle	21
3 Gestão de resíduos sólidos nos municípios: desafios e caminhos para a efetividade dessa política pública	22
3.1 Falta de recursos financeiros e técnicos	23
3.2 A presença de lixões	24
3.3 Baixa conscientização e participação da população	25
3.4 Dificuldades na elaboração e execução de planos municipais	26
3.5 Desinformação sobre parcerias e cooperação, além dos desafios políticos	27
4 O papel dos Tribunais de Contas na efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	28
4.1 A efetividade da PNRS no contexto do controle externo	30
4.2 Desafios enfrentados pelos Tribunais de Contas na fiscalização ambiental	32
5 Conclusão	33
Referências	34

A AGENDA TRANSVERSAL AMBIENTAL DO PPA 2024-2027: RISCOS FISCAIS, ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL E CONTROLE EXTERNO

IGOR PEREIRA OLIVEIRA	37
I Introdução	37
II Método de pesquisa	39
III Controle externo das contas públicas	40
IV Articulação e cooperação interinstitucional	42
V Modelagem de concessões em parques e florestas	44
VI Política Nacional de Proteção e Defesa Civil	46
VII Considerações finais	49
Referências	51

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E A SUSTENTABILIDADE: GOVERNANÇA E CONTROLE NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO, ELISA DIAS LUCAS	53
1 Introdução	53
2 Fundamentação	54
2.1 Os Tribunais de Contas e as auditorias ante as mudanças climáticas	54
2.2 A fiscalização dos Tribunais de Contas e os ODS	56
2.3 O papel da Intosai	57
2.4 As orientações da Atricon e a Agenda 2030	60
2.5 Alguns exemplos práticos da atuação dos Tribunais de Contas	61
2.5.1 Recursos financeiros e falta de transparência	64
2.5.2 Comparativo de recursos para enfrentamento da emergência climática no Brasil	64
2.5.3 Falta de centralização das decisões e falha de articulação	64
2.5.4 Recomendações e próximos passos	65
3 Conclusão	66
Referências	69

O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: CONTROLE E GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

IRACEMA DE LOURDES TEIXEIRA VIEIRA, IRANILDO FERREIRA PEREIRA,

JÉSSICA FERREIRA PEREIRA, LETÍCIA DOS SANTOS COUTO LANDIN,

LUCAS LEVINO ALVES VIEIRA, MAYK ORIS GUERREIRO 71

1	Introdução	71
2	Práticas de gestão de resíduos sólidos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas	73
3	Deficiências na Política de Resíduos Sólidos nos municípios paraenses	77
3.1	Diagnóstico da gestão de resíduos sólidos nos municípios paraenses	78
3.1.1	Ausência de política municipal e planejamento para o saneamento básico	79
3.1.2	Fragilidade na formulação e implementação dos planos municipais	79
3.1.3	Baixa regulamentação e fiscalização dos serviços	79
3.1.4	Baixa adoção de soluções consorciadas	80
3.1.5	Falhas na cobrança pelos serviços de manejo de resíduos	80
3.1.6	Baixa prioridade para a coleta seletiva	80
3.1.7	Destinação final dos resíduos: predominância de lixões	81
4	Recomendações para fortalecer a governança sustentável	82
5	Conclusão	85
	Referências	85

COMO OS TRIBUNAIS DE CONTAS E A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA PODEM ADIAR O FIM DO MUNDO

JOSÉ PAULO GUEDES BRITO, MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS..... 89

1	O fim do mundo e o nome da montanha (e do rio)	89
2	O homem que sabia javanês quem sabe também lia o diário oficial	91
3	O governo aberto na porta da lei	94
4	A queda do céu	99
	Referências	100

CRITÉRIOS ESG NO DIREITO FINANCEIRO E A SUSTENTABILIDADE DOS FUNDOS DE EQUALIZAÇÃO DE RECEITAS: A REFORMA TRIBUTÁRIA E A BUSCA PELA ESTABILIDADE FISCAL DOS FUNDOS SOBERANOS SUBNACIONAIS

KARINE TOMAZ VEIGA, ESTEVÃO HORVATH 103

1	Introdução	103
2	Critérios ESG e a relação com o direito financeiro	105
2.1	Critérios ambientais	106
2.2	Critérios sociais	107
2.3	Critérios de governança	107
3	A polêmica natureza dos Fundos	107
4	Fundos de Equalização de Receitas Tributárias	112
4.1	Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR)	113
4.2	Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá (FDS – Amazônia Ocidental e Amapá)	114
4.3	Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Amazonas (FUNDSAM)	115
5	Fundos de Equalização de Receitas de <i>Royalties</i>	116
5.1	Fundo de Equalização de Receitas de Niterói	117
5.2	Fundo de Equalização de Receitas de Maricá	119
6	Considerações finais, desafios e oportunidades	120
	Referências	121

GUIA PRÁTICO DE AUDITORIA PARA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

KATRINA NARGUIS, ALEXANDRE FIGUEIREDO, GUILHERME PEREIRA SOUTO, JONATAS CARVALHO 123

1	Introdução e contexto	123
2	Guia Prático de Auditoria para a Transição Energética	126
2.1	Seleção do Escopo	127
2.2	Execução da Auditoria	129
2.2.1	Governança	129
2.2.2	Transição energética justa e inclusiva	130
2.2.3	Financiamento	131
2.2.4	Temas da transição energética	131
2.3	Análise e apresentação de resultados	133
2.4	Boas práticas e lições aprendidas na elaboração do Guia de Auditoria de Transição Energética	138
3	Resultados esperados e ações planejadas	140
4	Considerações finais	141
	Referências	141

SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE EXTERNO DA GESTÃO AMBIENTAL: A EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA

LOURDES ISABELLE ANDRADE TAVARES, SHEYLA BARRETO BRAGA DE QUEIROZ.....	143
1 Introdução	143
2 A competência dos Tribunais de Contas na fiscalização da gestão ambiental	144
3 Controle Externo pátrio e a Agenda Internacional Ambiental	146
4 A atuação modelar do Tribunal de Contas da União na Gestão Ambiental	147
5 Tribunal de Contas da Paraíba e Governança Ambiental	149
6 Conclusão	150
Referências.....	151

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ NO CONTEXTO DA REALIZAÇÃO DA COP30 EM BELÉM: ATUAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DE MUNICÍPIOS JURISDICIONADOS

LUCIANA PEREIRA E FERREIRA CENTENO, IRANILDO FERREIRA PEREIRA, SÍLVIA MIRALHA DE ARAÚJO RIBEIRO.....	153
1 Introdução	153
2 O que é COP e repercussões para órgãos de controle e fiscalização	154
3 COP30 – A COP do Brasil na Amazônia.....	156
4 Atuação conjunta dos Tribunais de Contas com foco ambiental	158
5 O TCM/PA	160
6 O TCM/PA no contexto da COP30 – Atuação para a sustentabilidade de municípios jurisdicionados	161
Referências.....	163

O SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO E A GESTÃO PREVENTIVA DE DESASTRES AMBIENTAIS: A ATUAÇÃO DA JUSTIÇA CONTÁBIL NA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DE MUNICÍPIOS

LÚCIA PATRÍCIO DE SOUZA ARAÚJO, LUCIANO ANDRADE FARIAS, MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS NETO, MARCÍLIO TOSCANO FRANCA FILHO.....	167
1 Introdução	167
2 As políticas públicas e suas exigências	169
3 O papel do controle externo na gestão preventiva de desastres	172
4 Proposta de fiscalização	173
4.1 Seleção da amostra municipal paraibana	173
4.2 Ações do controle externo a serem tomadas nos entes municipais selecionados	176
5 Considerações finais	177
Referências.....	178

BIODIVERSIDADE BRASILEIRA E DESENVOLVIMENTISMO: A VISÃO DE AILTON KRENAK SOBRE A RELAÇÃO ENTRE SER HUMANO E NATUREZA

LUDMILLA VALENTE VIANA SILVA, LUÍS CARLOS SERRA AMORIM FILHO	181
1 Introdução	181
2 Desenvolvementismo e a preservação da biodiversidade brasileira.....	182
3 Ressignificação dos conhecimentos tradicionais na relação entre ser humano e natureza	185
4 Considerações finais	188
Referências.....	189

AValiação da Atuação do TCM/BA na Verificação dos Critérios de Sustentabilidade em Editais de Obras Públicas

LUZILEA BRITO DE OLIVEIRA, CARLOS EDUARDO LUSTOSA DA COSTA, JULIANO SANTOS DA SILVA.....	191
1 Introdução	191
2 Fundamentação teórica	192
3 Metodologia	194
3.1 Revisão bibliográfica.....	194
3.2 Pesquisa documental	194
3.3 Desenvolvimento de uma matriz de avaliação	194
4 Resultados e discussão	195
5 Matriz de avaliação	202
6 Considerações finais	204
Referências.....	205
APÊNDICE A	207

O TECH E O TAG: A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA, TRANSPARENTE E COLABORATIVA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS PARA AVANÇOS DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

MARCELA ARRUDA.....	209
Conclusão	219
Referências.....	220

GOVERNANÇA AMBIENTAL NO ESTADO DO AMAZONAS: URGÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO EM TEMPOS DE CRISE ECOLÓGICA (IR)REVERSÍVEL

MARCKJONES SANTANA GOMES	223
Introdução	223
1 Da governança corporativa à governança pública: características, legislação, jurisprudência e Agenda 2030.....	224
2 A governança ambiental: do contexto histórico brasileiro à abordagem internacional	228
3 A urgência da efetividade da governança ambiental no Estado do Amazonas	233
Considerações finais	236
Referências.....	237

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DO AMAPÁ E INDUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MARCOS DOS SANTOS CÔRTEZ, CARINA BAIA RODRIGUES, MAURÍCIO OLIVEIRA DE SOUZA	241
1 Introdução	241
2 Justificativas e objetivo	243
3 Responsabilidade na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	244
4 Abordagem metodológica	248
5 Diagnóstico e análise de resultados	249
5.1 Árvore de problemas	249
5.2 Desalinhamento das iniciativas no âmbito estadual em apoio à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos	251
5.3 Desafios da gestão pública municipal e oportunidades na governança dos SLURMS.....	252
5.3.1 Descumprimento do prazo legal para disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.....	253
5.3.2 Falta de sustentabilidade econômico-financeira dos SLUMRS.....	255
5.3.3 Baixo nível de transparência ativa das informações sobre a gestão dos SLUMRS.....	257
6 Parceria entre Tribunal de Contas e Ministério Público estadual no acompanhamento e fiscalização da política pública de resíduos sólidos.....	258
7 Da concessão de resíduos sólidos no Amapá e mitigação das mudanças climáticas.....	261
8 Reflexões finais	261
Referências.....	262

OS TRIBUNAIS DE CONTAS E A FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS: CONJUNTO PAISAGÍSTICO DA LAGOA DA PAMPULHA (BELO HORIZONTE/MG), PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE PELA UNESCO

MARIA CECILIA BORGES, ÍLDER MIRANDA COSTA	265
Introdução	265
1 “A larga superfície líquida”: bem cultural protegido por tombamento	266
2 Abaixo da “larga superfície líquida”, água podre: lesão ao patrimônio cultural por inviabilidade de fruição	274
3 Acima da “larga superfície líquida”, maciços resultantes de aterramento de enseadas: lesão ao patrimônio cultural por inviabilidade de fruição	276
4 Do dever-poder constitucional de proteção do meio ambiente cultural, que se impõe ao Poder Público, e do papel dos Tribunais de Contas na fiscalização de políticas públicas ambientais.....	278
Conclusão	281
Referências.....	282

AVANÇO DA FRONTEIRA, DESMATAMENTO E GOVERNANÇA NA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO LAGO DE TUCURUÍ (PA)

MONIQUE HELEN CRAVO SOARES FARIAS, ALESSANDRO BRITO DE SOUSA, ANDRÉ CUTRIM CARVALHO, HILDA DA FONSECA DUARTE CAETANO, JULIANA BULGARELLI MENDES, LILIAN ROSE BITAR T. BENDAHAN, VICENTE ANCHIETA JUNIOR	285
1 Introdução	285
2 A fronteira no desenvolvimento regional amazônico	288
3 A expansão da fronteira e o embate com a conservação ambiental.....	290
4 Metodologia	291
4.1 Área de estudo	291
4.2 Coleta de dados	295
4.2.1 Classes de uso e cobertura da terra	295
4.2.2 Dados demográficos, socioeconômicos e geográficos.....	296
4.3 Tratamento geoespacial.....	296
4.3.1 Geração de mapas temáticos sobre as mudanças de uso e cobertura da terra.....	296
5 Resultados e discussões.....	296
6 Considerações finais	300
Referências.....	300

ECOFEMINISMO: A ESCASSEZ HÍDRICA E AS QUESTÕES DE GÊNERO NA AMAZÔNIA

NELCY RENATA SILVA DE SOUZA, AMANDA NICOLE AGUIAR DE OLIVEIRA,

RUAN PATRICK TEIXEIRA DA COSTA 305

	Introdução	305
1	O ecofeminismo	306
2	A afetação da crise hídrica às mulheres	308
3	A escassez hídrica na Região da Amazônia	313
	Considerações finais	316
	Referências	317

COMPRAS GOVERNAMENTAIS SUSTENTÁVEIS: O PAPEL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NA FISCALIZAÇÃO DE CRITÉRIOS AMBIENTAIS

RAFAELLA CHRISTINA GOMES..... 319

	Introdução	319
1	Consumo sustentável na Administração Pública	320
1.1	Políticas e legislação brasileira	321
2	O papel dos Tribunais de Contas na fiscalização	323
2.1	Auditoria de editais e contratos	323
2.2	Estudos de caso e boas práticas.....	327
3	Recomendações para aperfeiçoar a fiscalização	333
	Considerações finais	334
	Referências.....	334

GESTÃO AMBIENTAL E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA EM MUNICÍPIOS ALAGOANOS APÓS AS ENCHENTES DE 2022

RAIANE SOUZA TAVEIRA, RENATO ALEXANDRINO MONTEIRO DOS SANTOS..... 337

1	Introdução	337
2	Referencial teórico	338
2.1	O papel dos municípios na gestão ambiental	338
3	Metodologia	339
4	Resultados e análise dos dados.....	340
4.1	Recursos orçamentários destinados à função Gestão Ambiental.....	340
4.2	Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).....	343
5	Considerações finais	347
	Referências.....	348

TRIBUNAIS DE CONTAS E MEIO AMBIENTE: NOTAS SOBRE A ATUAÇÃO DO TCM/SP E DO TCU NO CONTROLE EXTERNO AMBIENTAL

RICARDO EZEQUIEL TORRES, EDUARDO DUMONT ARAÚJO, LUCAS CARDOSO SANTOS..... 349

I	Introdução	349
II	Meio ambiente e políticas públicas.....	352
III	Tribunais de Contas e a tutela do meio ambiente	354
III.1	Breve panorama da atuação do Tribunal de Contas União – TCU.....	354
III.2	Panorama da atuação do TCM/SP na defesa do meio ambiente.....	357
III.2.1	Técnicas para controle de cheias	357
III.2.2	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS: participação social e transparência no controle ambiental.....	358
III.2.3	Caso prático: Função Governo Meio Ambiente	359
IV	Conclusões	361
	Referências.....	362

O PARECER PRÉVIO E A FISCALIZAÇÃO DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA NOS ESTADOS. UM IMPERATIVO PARA A SUSTENTABILIDADE: O ENSAIO DO TCE/ES

RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN,

HELENA EMERICK ABAURRE, JANAÍNA GOMES GARCIA DE MORAES..... 365

	Introdução	365
1	O parecer prévio das contas de governador e sua relevância para além das questões fiscais, orçamentárias e patrimoniais	366
2	O parecer prévio e a fiscalização da governança climática dos estados. O <i>ClimateScanner</i> como fonte de inspiração metodológica	369
3	As contas do governador do Espírito Santo no exercício de 2023 sob a perspectiva da governança climática	373
	Conclusão	378
	Referências	379

A FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA PELO TRIBUNAL DE CONTAS DE ANGOLA – ESTUDO DE CASO: O TRIBUNAL DE CONTAS E A COMPETÊNCIA DE AUDITORIA À BARRAGEM HIDROELÉTRICA DE LAÚCA

SEBASTIÃO DOMINGOS GUNZA.....	381
1 Enquadramento	381
2 Contexto actual	384
3 O papel do <i>Environmental, Social and Governance</i> – ESG e dos padrões da ISO.....	385
4 A perspectiva constitucional do direito ao ambiente.....	387
5 Os projectos públicos e o meio Ambiente – O caso do projecto Laúca	389
5.1 Intervenção do Tribunal de Contas	392
6 Construção de barragem hidroelétrica: impactos no meio ambiente	394
6.1 Impacto ambiental do projecto Laúca	395
7 Considerações finais	397
Referências.....	398

CONTROLE EXTERNO E O COMBATE À DESERTIFICAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

VICTOR RAFAEL FERNANDES ALVES.....	399
1 Introdução	399
2 Meio ambiente, desertificação e sustentabilidade	400
3 Atuação dos Tribunais de Contas e novas perspectivas ambientais	405
4 Combate à desertificação no Semiárido a partir do controle externo.....	406
5 Conclusão	412
Referências.....	413

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UMA PROPOSTA SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS PARA A ACEITABILIDADE DE PROPOSTAS NA COMPROVAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE BENS E SERVIÇOS PÚBLICOS

WANDA DA PENHA SALES, LUMA CAVALEIRO DE MACEDO SCAFF.....	415
1 Introdução	415
2 Fundamentação do conceito de sustentabilidade no Brasil e sua aplicação às contratações de produtos e serviços pela Administração Pública	416
3 Análise dos requisitos legais de sustentabilidade	420
4 Requisitos que devem constar no termo de referência e no edital para contratações públicas e a certificação como elemento de comprovação da sustentabilidade de bens e serviços	424
5 Uma proposta de utilização de requisitos de sustentabilidade também como critérios de aceitabilidade das propostas em contratações públicas	427
6 Conclusão	431
Referências.....	432

SOBRE OS AUTORES.....	435
------------------------------	------------

Alessandro Brito de Sousa

Auditor de Controle Externo do TCE/PA. Graduado em Economia, com Mestrado em Estatística pela Universidade Federal de Pará, MBA Executivo em Gestão Empresarial pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). Trabalhou na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) no período de 30.10.2014 a 11.4.2022. Profissionalmente atuou no mercado privado no ramo de gerência de vendas e gerência de compras, e atualmente é servidor público, atuando na área de planejamento e gestão estratégica com foco em governança, gestão de risco e sustentabilidade.

Alexandre Figueiredo

Especialista em Direito Regulatório. É auditor federal no TCU desde 2006, onde fez carreira na área de infraestrutura, especialmente no setor de energia. Possui ampla experiência no controle externo e ocupou diversos cargos de chefia e/ou assessoramento. Atualmente exerce o cargo de Secretário de Controle Externo de Energia e Comunicações. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, pós-graduado em Direito Regulatório pela mesma universidade e pós-graduado em Comércio Exterior pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em controle da Regulação no Setor de Petróleo e Gás Natural pelo Instituto Serzedello Corrêa. Possui diversas certificações, dentre elas Certificação profissional de Auditoria Interna no setor público em todas as esferas (federal, estadual e municipal) – CGAP – *Certified Government Auditing Professional*.

Amanda Nicole Aguiar de Oliveira

Advogada. Mestra em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Cinco especializações *lato sensu*, com ênfase em Direito e Docência do Ensino Superior. MBAs em Gestão de Políticas Públicas Municipais e Finanças e Políticas Fiscais.

André Cutrim Carvalho

Economista e Engenheiro da Computação. Especialista em Gestão Ambiental pela UFPA. Mestre em História Social da Amazônia pela UFPA, e em Economia pela UNESP. Doutor em Desenvolvimento Econômico e Pós-Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp. Professor-Pesquisador da Faculdade de Ciências Econômicas (Facecon) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia/Núcleo de Meio Ambiente (PPGEDAM/Numa) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Carina Baia Rodrigues

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Possui Especialização em Direito Civil pela Anhanguera, Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (Fatech) e Auditoria e Perícia Ambiental pela Faculdade de Macapá (Fama). É graduada em Direito pela Unifap e em Gestão Ambiental pela Fama. Atualmente, exerce o cargo de Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP) e atua como advogada. Integra os Grupos de Trabalho de Meio Ambiente e Educação do TCE/AP, desenvolvendo atividades voltadas à fiscalização e análise de políticas públicas nessas áreas.

Carlos Eduardo Lustosa da Costa

Foi Diretor do Departamento de Auditoria Ambiental do Tribunal de Contas da União (TCU) entre 2016 e 2024. Atualmente exerce a função de Supervisor Técnico do *ClimateScanner*, uma iniciativa global que envolve 141 países e busca avaliar a atuação dos governos nacionais em relação à mudança do clima. Exerce também a função de Coordenador da Comissão Técnica de Meio Ambiente da América Latina e Caribe. Professor da Universidade de São Paulo (USP) no curso de MBA sobre Auditoria e Inovação no Setor Público. *Scholar* no German Institute of Development and Sustainability. Instrutor e conteudista da Escola Superior de Controle (ISC/TCU), tendo sido agraciado com o Prêmio Professor Destaque 2017. Premiado três vezes pela realização de trabalhos internacionais de destaque na temática de áreas protegidas, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e mudança do clima. Autor de artigos em publicações internacionais, como o Relatório das Nações Unidas sobre o Setor Público. Mestre e Doutorando em Administração Pública pela Universidade de Brasília (UnB). Possui Especialização em Auditoria e Controle Governamental pela Escola Superior do Tribunal de Contas da União. Palestrante na área de inovação no setor público, licitações sustentáveis, áreas protegidas, resíduos sólidos e ODS. Parecerista *ad hoc* de artigo científico para a *Revista TCU*.

Eduardo Dumont Araújo

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo (FDSBC). Pós-Graduado *lato sensu* em Direito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Assessor de gabinete do Conselheiro Ricardo Torres no Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM/SP).

Elisa Dias Lucas

Advogada. Assessora de gabinete de Conselheiro do TCE/BA.

Estevão Horvath

Livre-Docente em Direito Financeiro e Tributário pela USP. Professor de Direito Tributário (PUC-SP) e de Direito Financeiro (USP).

Guilherme Pereira Souto

Auditor Federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2015, atua na Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações (SecexEnergia), onde exerce funções de assessoramento e coordena iniciativas de cooperação internacional em sustentabilidade no setor energético. Possui sólida experiência na condução de auditorias operacionais e de conformidade, com ênfase na análise do mercado de gás natural e do portfólio de investimentos da Petrobras. Também lidera ações de capacitação em regulação de energia, fomentando boas práticas e inovações na administração pública. É Mestre em Engenharia Elétrica (2011) e Bacharel em Engenharia de Controle e Automação (2009) pela Universidade de Brasília (UnB). Conta ainda com formação complementar em Regulação Aplicada às Políticas Públicas pela FGV, Regulação e Tributação no Setor de Óleo e Gás pela PUC-Rio e Especialização em Fontes Alternativas de Energia. É certificado em Mediação na Administração Pública pelo Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos.

Helena Emerick Abaurre

Auditora de Controle Externo do TCE/GO. Pós-Graduada em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Advogada registrada junto à OAB/ES. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área do Direito, com ênfase na pesquisa acadêmica e no estudo para concursos públicos. Autora de livros e artigos publicados no Brasil e internacionalmente.

Hilda da Fonseca Duarte Caetano

Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais e Assessora de Planejamento no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade da Amazônia e em Ciências Contábeis pela Faculdade UNIBF, possui MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais pela FGV. É Especialista em Controladoria Pública, Contabilidade, Auditoria e Perícia pela Unimais, além de Direito Público e Privado pelo Centro Universitário UniAmérica. Com experiência no setor público, atuou nas esferas do Legislativo e Executivo. Atualmente, trabalha na área de planejamento e gestão estratégica do TCE/PA, com foco em governança, gestão de riscos, proteção de dados pessoais e sustentabilidade.

Hillana Martina Lopes Mousinho Neiva Dourado

Possui Graduação em bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (2008). Mestranda em Direito pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Atualmente é sócia-advogada do escritório Araújo e Lopes Sociedade de Advogados e Vice-Presidente da Comissão de Relacionamento com o Tribunal de Contas da OAB/PI. Atua nas diversas áreas do direito público, em especial administrativo, constitucional e eleitoral. Assessora jurídica de mais de trinta municípios piauienses entre órgãos da Administração direta e indireta. Especialista em Prestação de Contas e Advocacia no Tribunal de Contas.

Igor Pereira Oliveira

Pesquisador sobre o Controle Externo exercido pelos Tribunais de Contas. Mestre pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Auditor no Tribunal de Contas da União (TCU).

Ílder Miranda Costa

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Inaldo da Paixão Santos Araújo

Mestre em Contabilidade. Contador benemerito do Estado da Bahia, 2013. Membro da Academia Baiana de Ciências Contábeis. Conselheiro do TCE/BA desde 25.5.2012, tendo sido Presidente nos biênios 2014-2015 e 2016-2017. Foi Auditor do TCE/BA por 25 anos. Vice-Presidente de Auditoria do Instituto Rui Barbosa (IRB). Professor de graduação e pós-graduação, autor de livros de auditoria e de contabilidade pública. Foi membro da Comissão de Estudo do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público e sobre Auditoria Governamental. Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Coordenador do projeto de elaboração das Normas de Auditoria Aplicáveis ao Setor Público.

Iracema de Lourdes Teixeira Vieira

Doutoranda e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Direito Tributário pela Universidade Estácio de Sá. Graduada em Direito e em Ciências Contábeis pela Universidade da Amazônia (Unama). Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com atuação na Coordenação de Fiscalização Especializada em Meio Ambiente.

Iranildo Ferreira Pereira

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Auditoria e Inovação no Setor Público pela Universidade de São Paulo (USP). Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com atuação na Coordenação de Fiscalização Especializada em Meio Ambiente.

Janaína Gomes Garcia de Moraes

Auditora de Controle Externo do TCE/ES. Mestre em Direito Processual pela UFES. Mestre pelo Research Master in Law pela Universidade de Tilburg. Pós-Graduada em Direito Constitucional pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus.

Jéssica Ferreira Pereira

Engenheira Ambiental pela Universidade do Estado do Pará. Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com atuação na Coordenação de Fiscalização Especializada em Meio Ambiente.

Jonatas Carvalho

Auditor Federal no TCU desde 2012, fez carreira na área de infraestrutura, em especial no setor de energia elétrica. Possui ampla experiência em controle externo, com destaque para a coordenação de diversas auditorias operacionais (ou de desempenho), e para trabalhos no desenvolvimento e aprimoramento de práticas e metodologias de fiscalização. Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal de Minas Gerais.

José Paulo Guedes Brito

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amapá (Unifap). Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Damásio. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Unifap. Técnico de Controle Externo. Coordenador das Contas Estaduais no Tribunal de Contas do Estado do Amapá.

Juliana Bulgarelli Mendes

Auditora de Controle Externo do TCE/PA. Graduada em Economia com Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialista em Auditoria e Controladoria do Setor Público e em Gestão Pública e responsabilidade fiscal pela mesma universidade. Tem experiência na área com ênfase em Economia do Setor Público e Finanças Públicas. Profissionalmente atuou no mercado privado no ramo financeiro e atualmente é servidora pública, atuando na área de planejamento e gestão estratégica com foco em governança, gestão de risco e sustentabilidade.

Juliano Santos da Silva

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM/BA, lotado na 4ª Inspeção de Controle Externo Itabuna-BA. Administrador e matemático. Especialista em MBA em Auditoria e Inovação no Setor Público (USP); Gestão, Controladoria e Auditoria de Contas Públicas Municipais (UNIBahia). Especialista em Gestão de Micro e Pequenas Empresas (UFLA). Instrutor do quadro permanente da Escola de Conta EC-TCM/BA nas áreas de: licitações, auditorias, contabilidade pública, compras públicas sustentáveis, instruções dos sistemas do TCM. Orientador de trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação e artigos científicos.

Karine Tomaz Veiga

Doutoranda em Direito Financeiro (USP). Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ) em assessoramento na área de tutela coletiva e financiamento de direitos do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP/RJ).

Katrina Narguis

Especialista em Gestão Pública, com relevante experiência em cooperação internacional e governança global. Atuou na Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ) entre 2017 e 2023, como analista de negócios e coordenadora de comunicação dos impactos de projetos regionais voltados ao fortalecimento do controle externo na governança ambiental e no combate à corrupção. Atualmente, exerce a função de analista de cooperação internacional no Tribunal de Contas da União (TCU), atuando em projetos estratégicos na Secretaria de Controle Externo de Energia e Comunicações.

Letícia dos Santos Couto Landin

Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Pará. Auditora de Controle Externo no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Lilian Rose Bitar T. Bendahan

Assessora na área de Planejamento e Governança no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Entre 2015 e 2024, ocupou a função de Secretária de Planejamento e Gestão Estratégica no mesmo órgão, coordenando a elaboração de planos estratégicos, a governança institucional e a gestão de riscos. Também liderou iniciativas relacionadas à sustentabilidade, monitoramento e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), além de assessorar a Comissão ao Exame de Contas do Governo do Estado. Possui formação em Economia, com especialização em Gestão Pública e Gestão Ambiental, além de experiência em gestão de equipes, planejamento estratégico e governança institucional.

Lourdes Isabelle Andrade Tavares

Advogada com atuação em Direito Público. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Paraíba.

Lucas Cardoso Santos

Bacharel e Mestre em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP). Assessor de gabinete do Conselheiro Ricardo Torres no Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM/SP).

Lucas Levino Alves Vieira

Engenheiro Florestal pela Universidade do Estado do Pará. Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Lúcia Patrício de Souza Araújo

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. Assessora Técnica da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas da Paraíba. Mestre em Economia do Setor Público pela Universidade Federal da Paraíba. Possui MBA em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental pelas Faculdades Oswaldo Cruz.

Luciana Pereira e Ferreira Centeno

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Conhecimentos para o Desenvolvimento Socioambiental da Universidade da Amazônia – PPGC/Unama.

Luciano Andrade Farias

Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas da Paraíba. Chefe da Força-Tarefa das Mudanças Climáticas do MPC/PB. Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal da Paraíba. Ex-Advogado da União.

Ludmilla Valente Viana Silva

Mestra em Cultura e Sociedade (PGCult/UFMA). Especialista em Meio Ambiente (PUC-Rio) e em Gestão Ambiental (AVM/Candido Mendes). Graduada em Direito (UNDB).

Luís Carlos Serra Amorim Filho

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2025). Bolsista Capes/PDPG. cursando especialização em Informática na Educação pelo Instituto Federal do Maranhão (IFMA) (2024-atual). Graduado em Ciências Humanas – Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2021).

Luma Cavaleiro de Macedo Scaff

Doutora em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo. Mestre em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará (2005). Advogada. Professora no curso de Graduação em Direito. Professora na Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Pará. Professora no Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará. Ex-Pesquisadora bolsista da Fundação Ford. Membro da Rede de Pesquisa Junction Amazonian Biodiversity Units Research Network Program (Jambu-RNP). Coordenadora do projeto de pesquisa Financiando Direitos (@financiandodireitosgp). Tem experiência na área jurídica com ênfase em direito financeiro, direito tributário e direitos humanos. Atua também com direito empresarial e direitos humanos, alinhando o terceiro setor com responsabilidade social.

Luzilea Brito de Oliveira

Professora Adjunta da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), no Centro de Formação em Políticas Públicas e Tecnologias Sociais, *Campus Jorge Amado* (CJA). Administradora e contadora. Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Mestra em Tecnologias aplicáveis à Bioenergia. Especialista em Contabilidade e Finanças Públicas Municipais, Controladoria e em Docência no Ensino Superior. Docente de graduação e pós-graduação. *Professional coach* pela SLAC. Integrante do RG Clima e Projetos – Grupo de Pesquisa em Mudanças Climáticas, Direito e Sociedade. Experiência na área de alta performance, alto desempenho, metodologias ágeis, metodologias ativas, docência, gestão acadêmica, liderança, custos, gestão ambiental, gestão da qualidade, gestão de projetos, administração empresarial sustentável, empreendedorismo e inovação. Pesquisadora de temas como: inovação, empreendedorismo, avaliação de ciclo de vida (ACV), mudanças climáticas, economia circular, gestão de projetos, gestão da qualidade, dentre outros. Orientadora de trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação e artigos científicos. Mentora de planos de negócios de impacto socioambiental. Avaliadora *ad hoc* do Inep/MEC.

Manoel Antônio dos Santos Neto

Subprocurador-Geral do Ministério Público de Contas da Paraíba. Chefe da Força-Tarefa de Educação do MPC/PB. Mestrando em Gestão Pública pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrando em Direito pela Unipe. Pós-Graduado em Direito do Estado.

Marcela Arruda

Secretária Municipal de Gestão de São Paulo desde 2022. Advogada. Presidente do Fórum Nacional das Secretarias de Administração das Capitais (exercício 2025). Mestre em Gestão e Políticas Públicas pela FGV EAESP. Especialista em Direito Administrativo pela PUC-SP. Acumula ainda especializações em Direito Eleitoral, pela Escola Judiciária Eleitoral Paulista, e em Direito Constitucional, pela Escola Superior de Advocacia da OAB-SP. Autora de diversos artigos publicados e do livro *Controle de Contas 2.0 – O TAG como aliado das políticas públicas* (2022). Integrou o conselho deliberativo da ONG Transparência Brasil, o conselho diretor do Centro de Estudos da Sociedade de Advogados (Cesa) e os conselhos fiscais da Associação Paulista Viva e da Associação Santo Agostinho.

Marcílio Toscano Franca Filho

Professor de Direito Público da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba, onde chefiava a Força-Tarefa do Patrimônio Cultural. Professor visitante nas universidades de Turim, Pisa e Ghent, e Calouste Gulbenkian *Post-Doctoral Fellow* no Instituto Universitário Europeu (EUI). É membro da Associazione Italo-Brasiliana dei Professori di Diritto Amministrativo e Costituzionale (AIBDAC). Pesquisador convidado do Centro de Estudos Europeus e Alemães (UFRGS e da PUCRS) e do Centro de Excelência Jean Monnet (UFMG).

Marckjones Santana Gomes

Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito (PPGDir) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Amazonas – Ufam. Especialista em Direito Público pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. MBA em Relações Institucionais, Governamentais e *Compliance* pela Unialfa/Fadisp e pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – ECP/TCE/AM. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Professor de Graduação da Faculdade Santa Teresa – FST. Advogado.

Marco Antonio Augusto Chagas

Graduado em Geologia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Política e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Doutor em Ciências (Desenvolvimento Socioambiental) pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Especialista em Gestão de Áreas Protegidas pela University of Montana, EUA. Especialista em Epistemologias do Sul pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal (incompleto devido à pandemia de Covid-19) na área de Política Ambiental na Amazônia e as Epistemologias do Sul. Estágio pós-doutoral na Universidade Regional de Blumenau (em andamento) na área de Ecologia Política e Mudanças Climáticas. É professor da Universidade Federal do Amapá.

Marcos dos Santos Côrtes

Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui MBA em Auditoria e Inovação no Setor Público pela Universidade Federal de São Paulo (USP) e Especialização em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental pela Faculdade Oswaldo Cruz de São Paulo. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Atualmente exerce o cargo de Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP), onde também atua como Coordenador de Meio Ambiente e Comissão de Controle da Qualidade do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMDTC/TCE/AP) e compõe a Comissão de Garantia da Qualidade do MMDTC.

Maria Cecília Borges

Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Professora da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo – TCE/MG. Membro do Comitê de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Instituto Rui Barbosa (IRB). Membro do Comitê de Sustentabilidade da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON).

Maurício Oliveira de Souza

Mestre em Processos Construtivos e Saneamento Urbano pelo Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Possui MBA em Auditoria e Inovação no Setor Público pela Universidade Federal de São Paulo (USP) e Especialização em Manejo de Recursos Naturais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. É Graduado em Engenharia Sanitária pela UFPA. Atualmente exerce o cargo de Auditor e Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP) e integra o Grupo de Trabalho de Meio Ambiente do mesmo tribunal. Atuou como docente universitário na temática ambiental entre os anos de 2004 e 2019.

Mayk Oris Guerreiro

Engenheiro Civil pela Universidade do Estado do Amazonas. Especialista em Auditoria e Perícias em Obras Civis pela FaSerra Instituição de Ensino Superior. Auditor de Controle Externo no Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, com atuação na Coordenação de Fiscalização Especializada em Meio Ambiente.

Monique Helen Cravo Soares Farias

Auditora de Controle Externo – Especialidade Administração no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Doutora em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), desenvolvido pelo Núcleo de Meio Ambiente (Numa/UFPA). Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará (Uepa). Possui Bacharelado em Administração pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Especialização em Agriculturas Amazônicas e Desenvolvimento Agroambiental pelo Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR/ UFPA).

Nelcy Renata Silva de Souza

Advogada. Mestra em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Especialista em Direito da Seguridade Social – Previdenciário e Prática Previdenciária e em Direitos Fundamentais. Professora substituta da Universidade Federal do Amazonas.

Rafaella Christina Gomes

Graduanda em Direito pelo UNIPTAN. Mestre em Administração pela PUC Minas. Administradora pela UFSJ. Especialista em Licitações e Contratos pela PUCPR. MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela UFSJ. Especialista em Gestão Estratégica em Departamento Pessoal pela PUC Minas. Técnica em Segurança do Trabalho pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas. Certificada pela APMG Internacional em PPPs e Concessões (CP3P-F). Certificada em Licitações e Contratos Administrativos pela Enap. Gerente Administrativa da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais (Codemge). Redatora voluntária do Instituto Brasileiro de Educação em Gestão Pública (IBEGESP). Presidente do Conselho Fiscal da Associação Desportiva de Inclusão e Acessibilidade – Equipe ALA.

Raiane Souza Taveira

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado da Paraíba (UEPB). Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Renato Alexandrino Monteiro dos Santos

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Ricardo Ezequiel Torres

Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM/SP). Mestre e Doutor em Direito Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Fundação Santo André (FSA).

Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun

Conselheiro do TCER/ES. Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP.

Ruan Patrick Teixeira da Costa

Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas. Analista Jurídico da Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Professor de cursos de graduação. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Sebastião Domingos Gunza

Jurista angolano. Juiz Presidente do Tribunal de Contas desde junho de 2023, após atuar como Ministro-Inspector Geral da Administração do Estado (2017-2023). Especializado em Finanças Públicas, Direito Financeiro, Direito Penal e Processo Penal, acumula vasta experiência em cargos de liderança no Ministério do Interior, incluindo direção de departamentos de investigação criminal e combate à corrupção. Licenciado em Direito pela Universidade Agostinho Neto, possui pós-graduação em *Compliance* e Branqueamento de Capitais, mestrado em andamento em Direito e Segurança, além de formação doutoral na Universidad de Buenos Aires. Autor de publicações acadêmicas e conferencista reconhecido, recebeu distinções como a Medalha de Mérito do Tribunal de Contas (Brasil) e menções honrosas por sua atuação na administração pública angolana.

Sheyla Barreto Braga de Queiroz

Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado da Paraíba. Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da Escola de Contas do TCE/PB.

Sílvia Miralha de Araújo Ribeiro

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

Vicente Anchieta Junior

Bacharel em Ciências Econômicas (UFMA). Mestre em Desenvolvimento Econômico (UFPR). Auditor de Controle Externo – Especialidade Economia no Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA).

Victor Rafael Fernandes Alves

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba. Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Wanda da Penha Sales

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Especialista em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Pará. Advogada. Participante do projeto de pesquisa Financiando Direitos – CNPq (@financiandodireitosgp).